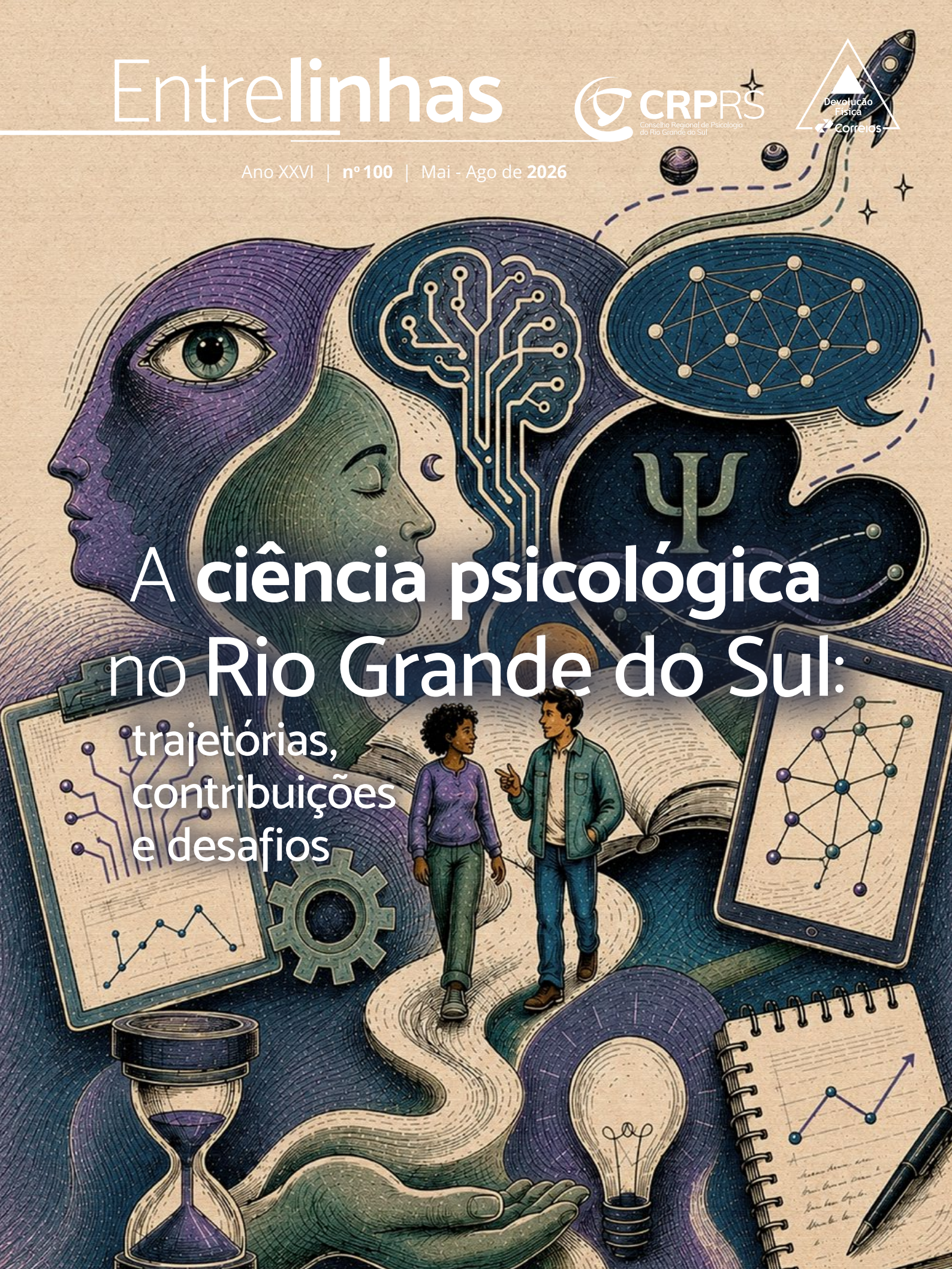
Entrelinhas

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Devolução Física Correios

Ano XXVI | nº 100 | Mai - Ago de 2026



A ciência psicológica no Rio Grande do Sul: trajetórias, contribuições e desafios

Editorial

A revista EntreLinhas chega à sua edição nº 100, um marco para o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Mais do que uma celebração, este momento nos convida a revisitar temas da Psicologia que foram destacados ao longo dessa trajetória, reafirmando o compromisso com a valorização da Psicologia como ciência e profissão.

Ao longo de sua existência, a EntreLinhas acompanhou transformações importantes da profissão, registrou debates que mobilizaram a categoria e deu visibilidade a temas centrais para a atuação das/os psicólogas/os. Discussões sobre ética, direitos humanos, políticas públicas, formação profissional, diversidade, inclusão e os múltiplos desafios enfrentados pela Psicologia em diferentes contextos históricos podem ser encontradas nessas 100 edições, todas disponíveis em **crprs.org.br/entrelinhas**.

Ao resgatar esse percurso, percebemos que a defesa da Psicologia enquanto ciência e profissão sempre esteve presente. No entanto, também reconhecemos que a dimensão científica da Psicologia nem sempre ocupou o espaço de destaque que sua relevância exige. É justamente desse reconhecimento que nasce a proposta desta edição histórica.

A edição nº 100 da EntreLinhas dedica-se a destacar a ciência psicológica e a contribuição de pesquisadoras/es do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento da Psicologia, sustentando práticas profissionais qualificadas, socialmente comprometidas e permanentemente abertas à construção de novos saberes.

Para esta edição, convidamos psicólogas/os gaúchas/os que contribuíram para projetar internacionalmente a Psicologia produzida no Rio Grande do Sul e que representam diferentes gerações, campos de pesquisa, perspectivas teóricas e áreas de atuação. Esta edição é, portanto, um convite à valorização da ciência e, também, uma homenagem àquelas/es que dedicaram suas carreiras à produção de conhecimento. É, ainda, uma inspiração para as novas gerações que darão continuidade a essa história, que precisa ser cada vez mais marcada pela diversidade, pela inclusão e pelo compromisso social.

Que esta edição fortaleça o compromisso do CRPRS com a ciência e a profissão, amplie o reconhecimento da produção científica gaúcha e reafirme o papel fundamental da Psicologia na compreensão e na transformação da realidade social.

Comissão Editorial

Para marcar a EntreLinhas nº 100, o CRPRS lança acervo digital completo reunindo todas as edições da revista. Acesse **crprs.org.br/entrelinhas** e confira a coleção.

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Eline Ester Grossi, Flávia Cardozo de Mattos, Gabriela Zanella e Jeniffer Moreira de Mello.

Coordenador de Comunicação: Matheus Dionísio

Jornalista responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Estagiário em Jornalismo: João Felipe Rosales

Projeto gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Maria Eduarda da Silveira

Arte e ilustrações: Giovani Dias de Miranda

Impressão: Alpha Print

Tiragem: 3.600 exemplares
Distribuição gratuita

crprs.org.br
x.com/crprs
facebook.com/conselhopsicologiars
youtube.com/crprs
@conselhopsicologiars

Comentários e sugestões:
imprensa@crprs.org.br

Sumário

Fique atenta/o 5

Relato de experiência 6
Minha trajetória de integração da universidade com a comunidade em defesa das crianças e adolescentes



Reportagem especial 8
A ciência psicológica no Rio Grande do Sul: trajetórias, contribuiçõese desafios



Orientação técnica 20
Cuidados éticos aplicados à pesquisa psicológica



Observatório de direitos humanos 21
Impressões sobre um trabalho com mulheres presas



Reflexões 22
Da ciência à literacia em Psicologia



Psicologia e pesquisa 24
Integridade da Pesquisa Científica e o Uso de Inteligência Artificial Generativa: Diretrizes e Responsabilidade



Dicas culturais 26

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

ADVERTÊNCIA

à psicóloga **SUSANA KONIG LUZ** - CRP 07/19455, em decorrência do **processo disciplinar ético** nº23/2020, por infração aos art. 1º, alíneas "c" e "g", art. 2º, alíneas "g" e "k", arts. 6º, 9º, 10 e 11 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, além do art. 9º da Resolução CFP nº 006/2019. Penalidade tornada pública por força do parágrafo único do artigo 147 do Código de Processamento Disciplinar.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

ADVERTÊNCIA

ao psicólogo **IVAN OLIVEIRA PIELKE** – CRP 07/23307, em decorrência do **processo disciplinar ético** nº30/2020, por infração aos art. 1º, alíneas "a" e "b", art. 2º alíneas, "f" e "i", art. 18 e o art. 20 alínea "f" do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Penalidade tornada pública por força do parágrafo único do artigo 147 do Código de Processamento Disciplinar.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **KAYANE ZANINI RODRIGUES**, CRP 07/28716, por infração aos Princípios Fundamentais VI e VII, art. 1º, alíneas "a", "b", "c" e "k"; art. 2º, alíneas "j" e "o" do Código de Ética Profissional do Psicólogo, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº23/2022.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **CINTIA WOLFF**, CRP 07/18078, por infração aos arts. 1º, alínea "e"; 2º, alíneas "a", "b" e "c"; 6º, alínea "b"; art. 9º; art. 14 e art. 17 do Código de Éca Profissional do Psicólogo, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº11/2020.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

ao psicólogo **ALEXANDRE DE FREITAS GOMES SOARES**, CRP 07/19169, por infração aos Princípios Fundamentais I, II, III, V e VII; e ao art. 1º, alíneas "b", "c" "e", e "k" e art. 2°, alíneas "a", "b", "j" e "o" do Código de Ética Profissional do Psicólogo, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº09/2021.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2026.

Fique atenta/o

Participe das **Comissões do CRPRS**

Em um momento histórico para a Psicologia brasileira, a Câmara dos Deputados aprovou, em 12/05/2026, o Projeto de Lei que estabelece a jornada de trabalho de até 30 horas semanais para psicólogas/os. O PL 1.214/2019 teve sua última análise na Comissão de Constituição e Ju O CRPRS publicou o Edital de Convocação nº 03/2026 para participação em Comissões temáticas do Conselho. Psicólogas/os e estudantes de Psicologia (a partir do 5º semestre) interessadas/os em integrar formalmente as Comissões de Políticas Públicas (CPP), Direitos Humanos (CDH), Inclusão e Acessibilidade (CIA), Cuidados Paliativos (CCP), Psicoterapia (COPSI), Educação (Ceduc), Riscos, Emergências e Desastres (CRED), Avaliação Psicológica (CAP), Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPOT) e a Comissão Permanente de Relações Étnico-Raciais (CRER) devem conferir as condições de participação no Edital, disponível em **crprs.org.br/editais**.

"O objetivo é fortalecer a governança, a transparência e a participação da categoria nos diversos espaços de discussão sobre temas relevantes para a Psicologia. As Comissões atuam como espaços estratégicos de apoio à gestão, promovendo um diálogo técnico, e contribuem para a construção coletiva e qualificada das decisões institucionais. A iniciativa está alinhada aos princípios de boas práticas em administração pública, incentivando a transparência, a responsabilidade institucional e a participação qualificada da categoria", explica a conselheira presidenta do CRPRS, Jeniffer Moreira de Mello.

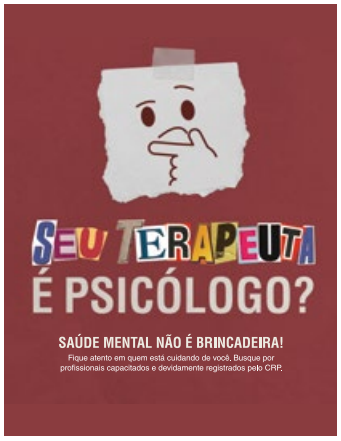
Informações sobre objetivos específicos e planos de trabalho de cada Comissão podem ser solicitadas pelo e-mail **comissoes@crprs.org.br.**

30 Horas

Em um momento histórico para a Psicologia brasileira, a Câmara dos Deputados aprovou, em 12/05/2026, o Projeto de Lei que estabelece a jornada de trabalho de até 30 horas semanais para psicólogas/os. O PL 1.214/2019 teve sua última análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com aprovação unânime pelas/os integrantes do colegiado, confirmando sua constitucionalidade e técnica legislativa. O texto está, agora, em revisão no Senado Federal e depois será submetido à sanção da Presidência da República. O CRPRS reitera seu compromisso em acompanhar de perto cada passo dessa jornada, fundamental para garantir a saúde ocupacional da categoria e a qualidade técnica da atuação profissional.



Psicoterapia é com **psicólogas/os**



Para marcar as comemorações do Mês da Psicologia, o CRPRS relança e atualiza a campanha institucional "Sua/Seu terapeuta é psicóloga/o?" de 2017. A iniciativa busca orientar a população sobre a importância de verificar se a/o profissional que oferece atendimento em saúde mental possui graduação em Psicologia e registro ativo no Conselho Regional de Psicologia.

"Quando uma pessoa entrega sua saúde mental a alguém sem qualificação, os riscos vão além de um atendimento ruim. Há possibilidade de agravamento do sofrimento, orientações inadequadas, falsas promessas e perda de confiança em tratamentos realmente sérios. O objetivo não é gerar medo, mas promover cuidado, critério e informação. Quando o assunto é saúde mental, a formação técnica e a regulamentação profissional são garantias de segurança para a população. Antes de iniciar um acompanhamento, a pessoa precisa saber se quem está cuidando dela possui formação adequada, registro profissional e respaldo técnico", explica a conselheira presidenta do CRPRS, Jeniffer Moreira de Mello.

A campanha orientativa está sendo divulgada em diversos canais de comunicação, como rádios, outdoors e painéis digitais, na televisão e nas redes sociais do Conselho. Saiba mais em **crprs.org.br/psicoterapia.**

Relato de experiência

Minha trajetória de integração da universidade com a comunidade em defesa das crianças e adolescentes

Silvia Helena Koller | CRP 07/02037

Doutora em Psicologia, Professora Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



A Psicologia entrou na minha vida muito cedo, inicialmente como curiosidade intelectual, mas rapidamente transformou-se em compromisso ético, humano e político. Talvez minha trajetória tenha começado antes mesmo da universidade, ainda na infância, ouvindo histórias contadas em minha família sobre a importância de compartilhar conhecimento e fazer algo que tivesse sentido para a vida das pessoas. Cresci acreditando que aprender e ensinar eram partes inseparáveis da existência. Muitos anos depois, em uma conversa com Urie Bronfenbrenner, descobri que, em russo, existe apenas uma palavra para designar aprender e ensinar. Aquilo fez sentido imediato para mim, porque sempre vivi essas duas experiências como partes do mesmo processo.

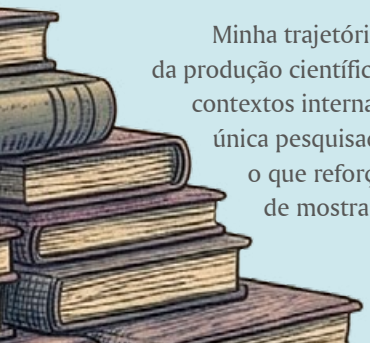
Meu interesse pela infância e adolescência consolidou-se ao longo da formação em Psicologia do Desenvolvimento, mas ganhou direção definitiva no início dos anos 1990, durante meu doutorado. Enquanto realizava estágio na Arizona State University, acompanhei pela televisão a notícia de uma chacina, no Rio de Janeiro, quando meninos em situação de rua foram assassinados. Aquele episódio me atravessou profundamente e redefiniu meu percurso acadêmico e humano. Compreendi que não bastava estudar desenvolvimento humano a partir de modelos abstratos e distantes da realidade social brasileira. Era necessário construir uma Psicologia comprometida com as pessoas concretas, especialmente aquelas historicamente invisibilizadas.

Foi nesse contexto que nasceu o CEP-Rua, o Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas em Situação de Rua. Mais do que um grupo de pesquisa, o CEP-Rua tornou-se um espaço de encontro, formação coletiva, pertencimento e compromisso social. Desde o início, buscamos integrar pesquisa, formação profissional e extensão universitária, sempre atentas/os para que nosso trabalho não violasse os direitos das populações com as quais atuávamos. Queríamos produzir conhecimento relevante, capaz de dialogar com políticas públicas e gerar impacto concreto na vida das pessoas.

Ao longo dessa trajetória, aprendemos rapidamente que muitas teorias psicológicas tradicionais explicavam pouco sobre a realidade de crianças e adolescentes em contextos de pobreza, violência e exclusão social. Frequentemente, os modelos disponíveis focalizavam déficits individuais, ignorando os contextos culturais, sociais e históricos que moldavam aquelas trajetórias. Isso nos levou a construir novas formas de pesquisar e intervir.

Inspirada na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, desenvolvemos contribuições metodológicas como a Inserção Ecológica. Essa perspectiva permitiu compreender o desenvolvimento humano como resultado das relações dinâmicas entre pessoa, contexto, processos e tempo. Mais do que coletar dados, era necessário construir vínculos, desenvolver confiança e reconhecer crianças e adolescentes como participantes ativos da produção de conhecimento.

Minha trajetória também foi marcada pela defesa da produção científica do Sul Global. Em muitos contextos internacionais, fui frequentemente a única pesquisadora latino-americana presente, o que reforçou em mim a responsabilidade de mostrar que produzimos ciência de alta qualidade, mesmo enfrentando condições de trabalho e financiamento muito menos favoráveis. Sempre me inquietou o fato de que a Psicologia internacional fosse construída predominantemente a partir de populações ocidentais, escolarizadas, industrializadas, ricas e democráticas. Isso produzia uma ciência muitas vezes distante da realidade vivida pela maior parte da população mundial. Tenho defendido continuamente que compreender desenvolvimento humano exige considerar cultura, desigualdades sociais e diversidade de contextos.



Ao longo das décadas, também me dediquei intensamente à formação de pessoas. Tive o privilégio de orientar dezenas de mestras/es, doutoras/es e pós-doutoras/es, além de centenas de estudantes de iniciação científica. Muitas/os hoje atuam como professoras/es, pesquisadoras/es, gestoras/es, editoras/es científicas/os e profissionais comprometidas/os com justiça social, no Brasil e nos cinco continentes. Talvez esse seja um dos maiores legados de uma professora: perceber que suas ideias continuam circulando por meio das pessoas que ajudou a formar.

Nenhuma trajetória acadêmica é construída individualmente. O reconhecimento ao CEP-Rua pertence também às crianças, adolescentes, famílias, estudantes, colegas e colaboradores que caminharam comigo ao longo desses anos. Foram eles que me ensinaram que vulnerabilidade não significa incapacidade. Mesmo em contextos extremamente adversos, encontrei crianças e jovens capazes de construir afetos, expressar resiliência, desenvolver criatividade e manter esperança.

Acredito profundamente que a Psicologia pode contribuir para a transformação social quando mantém compromisso simultâneo com rigor científico e sensibilidade humana. Precisamos que as universidades produzam uma Psicologia que saiba escutar, reconhecer desigualdades, respeitar a diversidade de pensamentos e produzir conhecimento socialmente relevante. Uma ciência que não se afaste da vida concreta das pessoas.

Hoje, olhando minha trajetória, percebo que o mais importante não foram apenas os títulos, publicações ou reconhecimentos acumulados ao longo da carreira, mas a possibilidade de ter contribuído para formar pessoas, construir redes de colaboração, representar meu país em diferentes partes do mundo e ampliar espaços de escuta e dignidade para populações historicamente invisibilizadas. Continuo acreditando que conhecimento e transformação social precisam caminhar juntos.

Reportagem especial

A ciência psicológica no Rio Grande do Sul: trajetórias, contribuições e desafios



A história da Psicologia como ciência no Rio Grande do Sul é marcada por pioneirismos, pela consolidação de programas de excelência e por contribuições que ajudaram a projetar a produção científica gaúcha no cenário nacional e internacional.

Nesta reportagem, reunimos depoimentos de psicólogas/os que contribuíram para a projeção da Psicologia gaúcha como ciência em diferentes campos de atuação. O recorte não pretende esgotar as contribuições, mas destacar algumas dessas experiências. A iniciativa também dá início a uma aproximação do CRPRS com a ciência, ampliando sua parceria com universidades, centros de pesquisa e instituições de ensino.

Das primeiras iniciativas acadêmicas aos programas de excelência

O reconhecimento do Rio Grande do Sul como um dos principais polos de pesquisa em Psicologia no país não ocorreu por acaso. A trajetória começou nas décadas de 1940 e 1950, quando a Psicologia ainda era uma disciplina nos cursos de Filosofia. “Os primeiros professores filósofos-psicólogos, aliados a médicos psicanalistas, integraram o corpo docente do primeiro curso de especialização em Psicologia oferecido pela PUCRS, lançado em 1954”, lembra o professor emérito e *fellow senior* do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRGS, **William Barbosa Gomes** (CRP 07/02791).

Doutor em Higher Education pela Southern Illinois University-Carbondale, nos Estados Unidos. É representante brasileiro no International Institute of Communicology e associado à American Psychological Association.

Ao chegar a Porto Alegre, em 1984, William passou a contribuir ativamente para o reconhecimento da ciência psicológica no Rio Grande do Sul, estado pioneiro na introdução de cursos de Psicologia no Brasil, tendo assim uma apreciável tradição na formação de psicólogas/os e no desenvolvimento da pesquisa. A PUCRS estava reformulando o seu programa de mestrado, enquanto o Departamento de Psicologia da UFRGS estava interessado em também oferecer um programa. Hoje, essas universidades mantêm programas de pós-graduação em Psicologia reconhecidos com a maior nota na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC).



“Egressos desses programas têm assumido posições como professoras/es pesquisadoras/es em universidades do Brasil e do exterior. Hoje o RS conta com inúmeros programas de graduação e de pós-graduação, estando a profissão muito bem consolidada e as universidades formando pesquisadoras/es produtivas/os e reconhecidas/os”, avalia.

Como professor e pesquisador, introduziu no Brasil a pesquisa qualitativa na área da Psicologia e aqui no estado desenvolveu dois importantes projetos para a ciência psicológica no RS: a criação de uma pós-graduação *stricto sensu* moderna e dedicada à pesquisa e à formação de professoras/es e o lançamento de uma revista científica. “A revista Psicologia: Reflexão e Crítica, da qual fui fundador e primeiro editor, contribuiu para a renovação editorial dos periódicos brasileiros da área. Hoje possui circulação internacional e é publicada pelo grupo Springer Nature.”

William considera a pesquisa fundamental na formação de toda/o psicóloga/o. “Sei que a tendência em muitos cursos é enfatizar as aplicações por parecer mais atrativo, prático e aceito pelos estudantes. A investigação científica é necessária para saber o que se aplica e como se aplica. Assim, técnicas em pesquisa auxiliam na avaliação do trabalho e no refino da ética profissional, ou seja, no compromisso que a/o psicóloga/o assume com seus clientes, seja qual for a especialidade ou campo de atuação. A/O profissional não tem que ser uma/um pesquisadora/or, mas uma/um eficiente usuária/o da pesquisa. Tornar-se pesquisadora/or decorre da paixão pelo novo, da vontade de explorar alternativas, da oportunidade de testar hipóteses, e da satisfação de oferecer novas soluções a velhos problemas.”

Além desse comprometimento com a ciência necessário para todas/os psicólogas/os, a complexidade das pesquisas na área da Psicologia exige que instrumentos e técnicas sejam continuamente atualizados e validados e que a atuação profissional



seja sensível a mudanças culturais e a costumes populacionais. "A singularidade do campo psicológico implica a articulação entre a compreensão de subjetividades e a observação de objetividades, o que infelizmente tende a colocar pesquisadoras/es em lados opostos. Estudos psicológicos têm que estar atentos à diversidade populacional e à descolonização. Como em todos os campos profissionais e científicos, a revolução digital e a inteligência artificial são recursos de grande valia, mas que exigem cautela, verificação e ética quanto ao uso."

Para o professor, incentivos à pesquisa psicológica são indispensáveis para o desenvolvimento de um país. "A investigação científica depende de financiamento das agências de fomento estaduais e federais, que procede de políticas governamentais. Sem o trabalho sistemático e continuado da pesquisa, o país será sempre dependente e subdesenvolvido. Pesquisas em Psicologia favorecem o desenvolvimento pessoal, as relações interpessoais e os processos educacionais e organizacionais; além de reduzirem as internações hospitalares."

Ciência para compreender e transformar a realidade

A consolidação dos programas de pós-graduação permitiu que diferentes áreas da Psicologia ampliassem sua produção científica. Na saúde, na avaliação psicológica e em diversos campos de aplicação profissional, a pesquisa passou a desempenhar papel cada vez mais decisivo na qualificação das práticas.

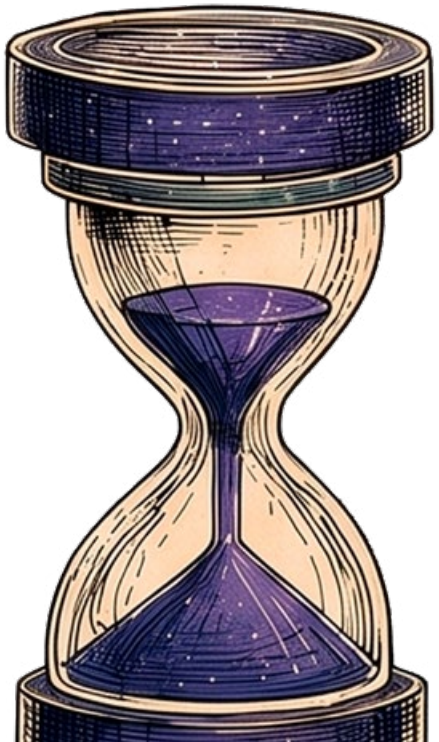
Na Psicologia da Saúde e Hospitalar, uma das pioneiras é **Tânia Rudnicki** (CRP 07/1281), cuja trajetória acompanha o desenvolvimento desse campo no estado. Ela reconhece o Rio Grande do Sul como um importante polo em Psicologia. "A formação de vários grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação em nossas universidades, a evolução das publicações em revistas científicas, teses e dissertações defendidas no estado apontam um forte indicador de maturidade acadêmica".

Doutora em Psicologia pela PUCRS, Pós-Doutorado em Psicologia da Saúde no Instituto Superior de Psicologia Aplicada e no William James Center for Research, em Portugal.

Para Tânia, a construção de uma trajetória científica exige busca permanente por conhecimento e trabalho interdisciplinar. A quem inicia na pesquisa, Tânia destaca a importância da curiosidade científica, da observação atenta dos fenômenos sociais e clínicos, da comunicação clara dos resultados e do compromisso com problemas que gerem impacto real na saúde mental e na qualidade de vida das pessoas.

O investimento na Psicologia enquanto ciência traz retornos diretos, entre outros setores, para a saúde pública, para a economia e para o desenvolvimento social. "As ciências humanas e sociais frequentemente recebem menos verba que áreas biomédicas ou exatas. Os laboratórios de neuropsicologia e análise comportamental, por exemplo, demandam equipamentos de alto custo tecnológico, e muitos acabam com infraestrutura precária, pela falta de verbas. Quanto mais saudáveis forem os indivíduos, maior a produtividade; intervenções psicológicas precoces também reduzem gastos públicos futuros, como em internações e tratamentos crônicos. Além disso, dados psicológicos subsidiam programas educacionais, segurança pública e assistência social." "Hoje, importante frisar, a pesquisa necessita, cada vez mais, estudar os impactos do uso de redes sociais e da inteligência artificial no comportamento humano e, para tal, necessita de subsídios bastante robustos", avalia.

A proliferação rápida de terapias sem base científica, muitas vezes vislumbradas por meio de redes sociais e que ofuscam achados acadêmicos validados, é citada por Tânia como um desafio contemporâneo para a ciência psicológica. "Outra questão, que deverá mudar,



é a cultura do 'publique ou desapareça', privilegiando a quantidade de artigos publicados em detrimento da profundidade e qualidade."

Para disseminar o conhecimento produzido pela Psicologia, "é importante desmistificar práticas terapêuticas sem evidências, por meio de canais educativos de verificação de fatos na internet, além de levar resultados laboratoriais diretamente para escolas, hospitais e comunidades por meio de cartilhas e oficinas", afirma Tânia.

Referência na área de avaliação psicológica, **Denise Ruschel Bandeira** (CRP 07/04300), destaca a importância da pesquisa nesse campo. "A partir da publicação da Resolução CFP nº 02 de 2003, ficou marcada a necessidade de se evoluir nas pesquisas na área de avaliação. Isso porque é a pesquisa que gera informações sobre os instrumentos, evidências de validade e fidedignidade. Todos os parâmetros psicométricos dos instrumentos de avaliação psicológica, assim como a criação de novos instrumentos, se constroem com a pesquisa."

Doutora em Psicologia pela UFRGS. Professora Titular aposentada no PPG em Psicologia da UFRGS e Professora Visitante do PPG Psicologia e Saúde da UFCSPA. Coordena o Grupo de Estudos, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica do CNPq.

> "As pesquisas não devem ficar arquivadas em gavetas; precisam de divulgação."
> Denise Ruschel Bandeira

Denise lembra que, desde o início de sua trajetória profissional, sempre lutou pela captação de recursos para pesquisas. "Para isso, é fundamental estarmos inseridas/os em grupos, em associações da área, participar de congressos, apresentar estudos e divulgar o conhecimento produzido. As pesquisas não devem ficar arquivadas em gavetas ou serem apenas arquivos do computador, precisam de divulgação."

Outro ponto ressaltado por Denise é a importância do trabalho coletivo. "A pesquisa é coletiva, eu sempre contei muito com os meus alunos de mestrado, doutorado, de iniciação científica também, para conseguir realmente crescer. É um trabalho contínuo de grupo e isso significa também ter uma boa relação com as pessoas com quem nos relacionamos, eu sempre estive muito perto dos alunos, revisando dados e tudo que é produzido."

Com relação a incentivos, ela defende maior valorização da ciência. "E não é só o Governo que precisa valorizar, a sociedade como um todo precisa entender a importância do que fazemos. E talvez esse seja o maior desafio, não temos sido competentes para divulgar a ciência e a importância dos resultados encontrados para a comunidade, a divulgação da ciência é um passo importante. Partimos de uma linguagem muito científica e, muitas vezes, não conseguimos traduzir nossos achados para a população em geral. E, para isso, eu acredito que precisaríamos contar com outros profissionais nas equipes, pessoas da comunicação, o que, hoje, não é viável para as universidades."

Atualmente, Denise vê a necessidade de ampliar investimentos em pesquisas voltadas à infância. "Tratar bem a infância é um investimento para o futuro da sociedade. Então, eu espero que isso se aprofunde nos próximos anos, cada vez mais aqui no Brasil."

Nas últimas décadas, a ampliação das políticas públicas transformou também os espaços de atuação da Psicologia. A inserção crescente em serviços de saúde, assistência social, educação e proteção de direitos ampliou os desafios da profissão e exigiu novos enfoques para a pesquisa científica.

Dorian Monica Arpini (CRP 07/03953), destaque na Psicologia Social nas áreas da saúde, da assistência social e das questões relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, tem uma trajetória marcada pelo compromisso com a formação profissional e com a produção de conhecimento voltado às políticas públicas.

Doutora em Psicologia Social pela PUCSP, pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de Lisboa, de Portugal. Professora Titular aposentada da UFSM. Integra o Grupo de Pesquisa CNPq Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde.

> "Essas mudanças ampliaram significativamente os espaços de atuação da Psicologia, exigindo novas competências e a construção de diferentes formas de intervenção. Historicamente associada à clínica individual, a Psicologia precisou ampliar suas formas de atuação para responder às demandas coletivas presentes nas políticas públicas. Formar profissionais preparadas/os para atuar nas políticas públicas passou a exigir maior aproximação entre a formação acadêmica e as realidades concretas dos serviços. Ao mesmo tempo, a pesquisa assumiu papel fundamental nesse processo, contribuindo para compreender os usuários das políticas públicas, o funcionamento dos serviços, os desafios institucionais e as especificidades da atuação psicológica nesses contextos."

Ao longo de sua trajetória, a pesquisadora manteve uma relação próxima com os serviços e com os profissionais que atuam diretamente nas políticas públicas. "Considero que uma das minhas principais contribuições foi justamente buscar compreender as experiências, os desafios e as múltiplas vozes presentes no cotidiano desses espaços. Essa aproximação permitiu

desenvolver pesquisas comprometidas não apenas com a produção de conhecimento, mas também com a qualificação das práticas profissionais. Sempre busquei articular ensino, pesquisa e extensão a partir de referenciais teóricos consistentes e em diálogo permanente com a realidade social. Construir pontes entre a universidade e os serviços foi um dos maiores desafios da minha trajetória, mas também uma das experiências mais enriquecedoras. Acredito que a produção científica ganha relevância quando consegue dialogar com as demandas concretas da sociedade e contribuir para a transformação das práticas."

Um dos desafios recorrentes da pesquisa é evitar o distanciamento da realidade vivida pelos profissionais e usuários dos serviços. "Quando esse afastamento ocorre, corre-se o risco de produzir conhecimentos pouco conectados às necessidades concretas dos territórios e das populações atendidas. Por essa razão, considero extremamente importante a consolidação de iniciativas que promovam maior integração entre universidade e comunidade. Além disso, a pesquisa constitui um instrumento indispensável para compreender as mudanças sociais e subsidiar práticas mais qualificadas", defende Monica.

Para Monica, investir em pesquisa significa ampliar a capacidade da Psicologia de compreender os fenômenos sociais contemporâneos, produzir respostas qualificadas para os problemas enfrentados pelos serviços e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas. "Trata-se de um investimento que beneficia não apenas a comunidade acadêmica, mas toda a sociedade."

Pesquisa conectada às **demandas da sociedade**

Se as políticas públicas ampliaram os desafios da pesquisa psicológica, os eventos extremos e as situações de crise passaram a exigir respostas cada vez mais qualificadas da ciência.

Dedicado à compreensão dos efeitos da exposição a eventos potencialmente traumáticos e ao desenvolvimento de intervenções psicossociais para reduzir o sofrimento psicológico associado ao trauma, **Christian Haag Kristensen** (CRP 07/06493), trabalha com pesquisa há mais de três décadas e destaca a importância da aproximação com a prática profissional.

Doutor em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS, com estágio no exterior na University of Arizona, nos Estados Unidos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Coordenador do Grupo de Pesquisa Cognição, Emoção e Comportamento e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse (NEPTE-PUCRS).

"Acredito que meu campo de pesquisa, relacionado ao estresse traumático, é uma área de grande relevância científica, clínica e social. Há muitos anos, no NEPTE-PUCRS, mantemos um ambulatório que presta avaliação e tratamento psicológico. Assim, parte importante do nosso conhecimento científico deriva também da prática clínica com pessoas que sobreviveram a eventos traumáticos e buscaram nossa ajuda. Essa aproximação entre pesquisa e prática clínica sempre foi central na minha trajetória", destaca.

Para quem está iniciando, Christian aconselha a buscar um tema que realmente seja do seu interesse. "Seja curioso e seja ousado. Ao longo da carreira seja, acima de tudo, íntegro. Não busque o caminho do menor esforço. Seja íntegro com você, com os outros, com os participantes de pesquisa e com os seus dados."

Para ele, a Psicologia pode e deve contribuir imensamente para o desenvolvimento humano em todas as áreas.

> "Creio que há um crescente reconhecimento na sociedade sobre várias áreas da Psicologia. Por outro lado, a ciência psicológica me parece ser menos conhecida e menos valorizada socialmente. Ainda vemos, com frequência, a circulação de teorias psicológicas ultrapassadas, interpretações simplistas ou conhecimentos de senso comum que não se sustentam à luz das evidências científicas atuais. Isso mostra a importância de fortalecer a formação científica em Psicologia, ampliar o financiamento à pesquisa e qualificar a disseminação do conhecimento psicológico."

Segundo Christian, o financiamento à pesquisa segue sendo um desafio no Brasil, assim como os custos de equipamentos e insumos necessários para algumas áreas da Psicologia. Outro tema que merece atenção é a incorporação da inteligência artificial à produção científica. Embora reconheça o potencial da IA para

auxiliar diferentes etapas da pesquisa, especialmente na análise de dados e na predição de sintomas relacionados ao trauma, ele alerta para riscos associados ao uso indiscriminado dessas ferramentas. “Vejo com preocupação situações em que a IA passa a substituir a autoria do texto acadêmico ou o julgamento crítico do pesquisador”, afirma. Para ele, a tecnologia deve funcionar como apoio ao trabalho científico, e não como substituta da reflexão e da análise produzidas pelas/os pesquisadoras/es.

Christian destaca que a disseminação do conhecimento científico também é uma tarefa do pesquisador. “E não é uma tarefa simples, porque exige a capacidade de traduzir conhecimento especializado em uma linguagem acessível, sem perder o rigor. Em relação à nossa categoria profissional, creio que isso passa inevitavelmente pelo esforço constante de familiarizar os acadêmicos dos cursos de graduação em Psicologia com a pesquisa e com a produção científica, incluindo a leitura crítica de artigos científicos. Os programas de iniciação científica são uma excelente oportunidade, mas precisamos avançar. A ciência psicológica deve ser ensinada também nas disciplinas aplicadas e práticas em Psicologia e não como uma disciplina isolada no currículo. As habilidades e competências para a pesquisa em Psicologia deveriam ser desenvolvidas ao longo da graduação, pois auxiliam o aluno a problematizar a realidade, a buscar métodos para resolver os problemas identificados e a comunicar o que foi efetivamente realizado.”

Em relação à sociedade, Christian defende a utilização das redes sociais para disseminar a ciência psicológica. “Esse é um caminho desafiador, pois muitas vezes é difícil para o público leigo discriminar entre uma informação científica acurada e uma teoria ou prática infundada. Somado a isso, a maior parte das/dos pesquisadoras/es não foi treinada em como lidar com a mídia ou divulgar conteúdo em redes sociais. Há ainda, mas de forma muito incipiente em nosso país, os divulgadores científicos – que são profissionais com treinamento e habilidades específicas para traduzir para uma linguagem acessível os avanços da ciência.”

Mais recentemente, diante do aumento da frequência e da severidade de eventos extremos, especialmente daqueles associados à mudança climática, o campo de desastres e emergências em saúde pública tem ganhado destaque na Psicologia.

“Historicamente, esse campo apresentava uma estrutura ainda frágil no Brasil: poucos cursos de graduação abordavam a temática em seus currículos, as pesquisas eram escassas e a inserção nas políticas públicas era bastante limitada. Atualmente, é possível observar um cenário distinto, em particular no Rio Grande do Sul, que vivenciou alguns eventos extremos nos últimos anos. Nesse contexto, a Psicologia passou a ocupar um espaço mais reconhecido e legitimado, especialmente no que diz respeito à fase de resposta”, avalia **Beatriz Schmidt** (CRP 07/20972), cuja atuação destaca-se pelo comprometimento com temas relativos ao desenvolvimento humano e às relações familiares em contextos de saúde. Nos últimos anos, vem articulando pesquisa, ensino, extensão e atuação técnica em contextos de sofrimento humano, especialmente em situações de perdas, lutos, desastres e emergências em saúde pública.

Doutora em Psicologia pela UFRGS, com pós-doutorado em Psicologia pela Ohio State University, Estados Unidos. Docente do Departamento de Psicologia da UFCSPA e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FURG. Pesquisadora colaboradora da Força Nacional do SUS. Por sua Tese de Doutorado, recebeu o Prêmio CAPES de Tese, na área de Psicologia, e o Grande Prêmio CAPES de Tese ‘Josué de Castro’, na área de Humanidades.

“No que se refere às pesquisas nessa área, observo um amplo interesse por estudos que buscam investigar as reações emocionais e comportamentais durante as primeiras semanas e meses após a exposição a eventos extremos. Esses estudos são importantes, sobretudo por contribuírem para a qualificação das estratégias de saúde mental e atenção psicossocial na fase de resposta. Porém, é necessário cuidado para que não se patologizem manifestações normativas relacionadas ao estresse agudo, nem se aborde sob uma perspectiva exclusivamente individualizante de um sofrimento que é também



> “Espero que a Psicologia siga se consolidando como uma ciência comprometida com os desafios contemporâneos.”
>
> Beatriz Schmidt

coletivo. Por outro lado, é possível apontar a crescente proposição de pesquisas sensíveis às especificidades territoriais e às desigualdades sociais que atravessam as experiências de pessoas, famílias e comunidades afetadas por eventos extremos. Em conjunto, entendo que esses movimentos representam um avanço expressivo para a Psicologia enquanto ciência e profissão, ao ampliar sua capacidade de produzir conhecimento contextualizado e de responder, de forma ética e socialmente comprometida, aos desafios impostos por desastres e emergências em saúde pública.”

Ao iniciar sua trajetória como psicóloga no contexto sociojurídico, Beatriz teve contato direto com as políticas públicas, com a atuação em rede e com os desafios concretos enfrentados por indivíduos, famílias e profissionais em diferentes serviços. “Foram justamente as inquietações produzidas nessa prática que me levaram de volta à universidade para cursar o doutorado. Nesse sentido, a carreira acadêmica não foi necessariamente minha primeira escolha profissional. Entendo que essa particularidade influenciou (e segue influenciando) os estudos que desenvolvo, marcados pela valorização das especificidades dos diferentes contextos de vida e por uma compreensão sistêmica dos processos de saúde e desenvolvimento humano.”

Para Beatriz, a pesquisa exige disposição para o trabalho coletivo e compromisso ético com as pessoas e instituições envolvidas. Ela observa que sua trajetória tem sido marcada pela busca de aproximar universidade, serviços e territórios, fortalecendo o diálogo entre produção acadêmica e demandas sociais.

“De alguma maneira, o contato direto com as demandas de saúde mental nos territórios atingidos e com a forma como as redes de cuidado se reorganizam para proteger vínculos e responder, de maneira sensível, às necessidades que emergem ou se intensificam nesses cenários tem me ajudado a refletir sobre o potencial das pesquisas desenvolvidas nesse campo. Entendo que elas podem contribuir não apenas para qualificar a capacidade de resposta diante da crise instalada, mas também para consolidar os recursos individuais, familiares e comunitários necessários aos processos de recuperação. Além disso, podem subsidiar estratégias voltadas à construção de resiliência e à preparação para futuros eventos extremos.”

Com relação aos investimentos na área de pesquisas psicológicas, Beatriz vê uma assimetria no financiamento e no reconhecimento científico da área, sobretudo quando comparada a campos tradicionalmente mais valorizados. “É importante considerar, entretanto, que os achados produzidos pelas pesquisas em Psicologia podem subsidiar a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias coletivas de cuidado mais sensíveis às necessidades individuais e coletivas. No contexto dos eventos extremos, por exemplo, as evidências científicas desempenham um papel fundamental na orientação das ações, inclusive subsidiando a elaboração de planos de contingência mais alinhados às particularidades das populações a que se dirigem. Essas evidências contribuem tanto para qualificar as estratégias relacionadas à gestão dos desastres quanto para fortalecer iniciativas voltadas à gestão dos riscos.”

Para Beatriz, um grande desafio contemporâneo é conciliar a urgência das necessidades sociais com a produção de evidências científicas robustas. Outra questão é o investimento relativamente baixo na pesquisa e na pós-graduação, “o que impacta diretamente a continuidade de estudos longitudinais, a formação de novas/os pesquisadoras/es e a consolidação de grupos de pesquisa, limitando a capacidade de produzir conhecimento de forma sustentada e socialmente relevante”.

Além disso, a Psicologia tem sido desafiada a evitar processos de psicopatologização de experiências humanas que, muitas vezes, constituem respostas esperadas diante de situações adversas. “Reconhecer e legitimar o sofrimento não implica, necessariamente, interpretá-lo pela via do adoecimento. Isso requer análises contextualizadas, sensíveis às dimensões históricas, culturais e sociais que atravessam as vivências de pessoas, famílias e comunidades afetadas por eventos extremos, com ênfase também às potencialidades dos territórios. Por fim, a complexidade das demandas associadas a desastres e emergências em saúde pública requer abordagens interdisciplinares e intersetoriais, que considerem as múltiplas dimensões que permeiam os processos de sofrimento, cuidado e resiliência, do ponto de vista individual e coletivo, o que, a meu ver, consiste em um outro desafio no processo de pesquisa e produção de conhecimento científico em Psicologia.”

Para disseminar o conhecimento em Psicologia, Beatriz aposta nas publicações científicas, fundamentais para a formação, na produção de materiais didáticos e na divulgação científica pelas redes sociais, na perspectiva de abranger diferentes públicos. A pesquisadora também acredita na importância de ampliar a presença da Psicologia em eventos interdisciplinares e defende o fortalecimento de parcerias entre universidades, serviços e comunidades como estratégia para qualificar as políticas públicas e ampliar o impacto social da produção científica.

Docente da PUCRS, **Liziane Guedes da Silva** (CRP 07/29279) compreende que a implicação da Psicologia, como ciência e profissão, na discussão das relações raciais evoluiu muito na última década. “Temas como racismo, branquitude e impactos psicossociais do racismo, por exemplo, têm sido cada vez mais debatidos, demonstrando a importância para a garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, sobretudo para grupos historicamente oprimidos, como a população negra. Tais estudos vêm apontando a necessidade de que a ciência psicológica se repense, colocando em suspenso a ideia de uma suposta neutralidade, que está a serviço da invisibilização da colonialidade e da branquitude.”

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, com pesquisa sobre famílias inter-raciais por adoção.

Liziane cita a importância das ações coletivas e afirmativas na construção de sua trajetória.

> “Encontrar pessoas que apostaram na minha possibilidade de produzir conhecimento, de fazer boas perguntas, de conduzir estudos de modo ético e implicado e, sem sombra de dúvida, as ações afirmativas no ensino superior e na pós-graduação contribuíram profundamente. Para quem vem de famílias em que nenhuma pessoa das gerações anteriores teve acesso ao ensino superior, são as ações coletivas que permitem furar essa bolha.”

A pesquisadora acredita que as redes sociais podem ser usadas como uma ferramenta de divulgação da pesquisa científica. “As redes sociais vêm contribuindo nesse processo, especialmente quando o interlocutor respeita os princípios científicos. Nossa tarefa é tornar os temas interessantes para a população. Para isso, debater questões do cotidiano pode auxiliar na disseminação do conhecimento e no entendimento da população de que a Psicologia se constrói todos os dias, nas ruas, nas interações, nas trocas, nas redes.”

> “É preciso que a ciência psicológica se repense, coloque em suspenso a ideia de uma suposta neutralidade, que está a serviço da invisibilização colonialidade e da branquitude.”
>
> Liziane Guedes da Silva

Desafios da **produção científica**

Tendo como foco a Psicologia do Desenvolvimento, com ênfase em Psicologia Positiva e em Psicometria, **Bruno Figueiredo Damásio** acredita que o Rio Grande do Sul soube construir uma tradição científica que hoje se projeta nacional e internacionalmente.

Doutor em Psicologia pela UFRGS. Atua como Editor-Associado da Spanish Journal of Psychology. É CEO do Psicometria Online, um portal de formação de novos pesquisadores com ênfase em Psicometria e Análise Quantitativa de Dados.

Entre suas maiores contribuições científicas, destaca-se a construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos, utilizando Modelagem por Equações Estruturais e Teoria de Resposta ao Item.

"O primeiro ingrediente para se alcançar um reconhecimento na carreira científica, sem o qual nada mais faz sentido, é genuinamente amar o que se faz. Além do acúmulo de trabalho dedicado e consistente. A pesquisa exige que você entregue anos da sua vida a ela, e não há como sustentar esse ritmo sem que haja uma paixão real pelo que se estuda. Mas o amor pelo que se faz não basta sozinho. É preciso ter acesso a ambientes que formem com excelência. Busquem os melhores ambientes que puderem acessar. Cerquem-se de pessoas que produzem em alto nível. E não percam de vista o porquê: a ciência psicológica existe para transformar vidas, e o seu estudo faz parte desse esforço."

Para Bruno, o fato de a Psicologia ser uma ciência traz consigo uma enorme responsabilidade. "A prática psicológica precisa estar fundamentada em evidências, não em tradição ou lealdade histórica. Mas sim, em evidências. A história da Psicologia é rica e diversa, e nessa riqueza há avanços extraordinários, mas também teorias que o tempo e os dados mostraram ser insustentáveis. O problema é que, em torno de algumas dessas teorias, formou-se uma militância que torna difícil qualquer posicionamento institucional mais firme. Os Conselhos precisam ter a coragem de ocupar esse espaço com mais clareza. Pluralidade de perspectivas é saudável e bem-vinda. Conivência com práticas que sabidamente não funcionam, especialmente na área da saúde, não pode ser tolerada. Mais incentivos à ciência psicológica significam mais pesquisas que nos dizem o que funciona, para quem funciona e em que condições. Significa proteger as pessoas que buscam ajuda. Esse argumento não deveria precisar ser defendido, e ainda assim precisa, todos os dias."

Entre os desafios contemporâneos que mais afetam a ciência psicológica, Bruno cita a falta de financiamento. "A escassez de recursos influencia desde a base, afastando talentos da carreira acadêmica antes mesmo que eles comecem. Além disso, muitos dos melhores pesquisadores em formação precisam dividir sua atenção entre a produção científica e outras atividades profissionais que garantam sua subsistência, o que pode comprometer fortemente a qualidade dos estudos desenvolvidos. Para os que se tornam professoras/es-pesquisadoras/es, a ausência de financiamento adequado continua impondo limites à qualidade das pesquisas desenvolvidas. Pesquisa de ponta requer tempo, equipamentos, amostras robustas, colaborações internacionais etc. Sem recursos, o que se produz tende a ser muito modesto, incrementa pouco o conhecimento, e isso explica em grande medida por que o Brasil é um dos países que mais produzem, em termos de quantidade, mas em termos de qualidade tem pouca relevância no cenário internacional."

Na opinião de Bruno, para ampliar a disseminação da ciência entre a própria categoria, é preciso que haja uma mudança de cultura. "A formação em Psicologia ainda é, em muitos contextos, mais próxima de uma tradição histórica do que de uma prática científica rigorosa. Isso cria uma distância entre o que a pesquisa produz e o que chega à clínica, à escola e às políticas públicas. Os Conselhos, as universidades e as associações científicas têm um papel insubstituível em construir pontes entre esses mundos, por meio de eventos, publicações acessíveis e formações continuadas que tomem a evidência como ponto de partida. Para a sociedade mais ampla, o desafio é de linguagem. A ciência psicológica produz conhecimento de enorme relevância para a vida cotidiana das pessoas, sobre bem-estar, desenvolvimento humano, relações, saúde mental, e esse conhecimento precisa ser disseminado, de maneira adequada, sem distorções ou simplificações errôneas, para a população geral."



Professor de Programas de Pós-Graduação da PUCRS, **Ângelo Brandelli Costa** (CRP 07/18867) desenvolve pesquisas nas áreas de Psicologia Social e da Saúde, com ênfase em preconceito, atitudes políticas, sexualidade, gênero e HIV/Aids.

Com uma dedicação ativa à pesquisa, Ângelo já ingressou na Psicologia para ser professor e pesquisador. "Sempre me direcionei a produzir conhecimento que tivesse uma interface com movimentos sociais e com a política pública. O que eu faço tem sempre essa perspectiva aplicada. Todo conhecimento é, de alguma maneira, pensado para influenciar na política pública, no movimento social ou em alguma agenda importante para a sociedade. Ou seja, são projetos que buscam um impacto imediato, sobretudo com grupos que são socialmente excluídos e que precisam, às vezes, da ciência ao seu lado para poder mobilizar suas agendas", explica.

No Rio Grande do Sul, o valor investido em pesquisa ainda é muito inferior ao de outros estados. "O Estado não investe o que deveria com base no PIB, no número de pesquisadores e doutores, por exemplo. Quando comparamos com outros estados, o Rio Grande do Sul está muito atrás, mesmo tendo muito mais doutores e grupos de pesquisa ativos. Isso impacta a produção do conhecimento e desincentiva a permanência de pessoas na academia."



Doutor em Psicologia pela UFRGS, com estágio doutoral na City University of New York (Hunter College), nos Estados Unidos, e estágio pós-doutoral na UFRGS e na Universidade de Roma Sapienza, na Itália. Coordena o Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais na PUCRS. Pesquisador associado do INCT em Neurociência Social e Afetiva e do INCT Simulação e Monitoramento para Assistência Individual em Eventos Climáticos Extremos. Atua como consultor de agências da ONU em políticas de saúde e HIV. Foi reconhecido como Rising Star pela APS, Emerging Leader pela APA e um dos Top 100 Scientists na área de Social Sciences/Psychology no Brasil pelo AD Scientific Index.

Além da barreira financeira e da consequente precarização do trabalho, ainda existem movimentos organizados que se colocam contra a agenda científica, especialmente relacionada a temas como HIV/Aids e populações LGBTQIAPN+. "São ataques políticos de grupos da sociedade mobilizados, financiados, contra a universidade, contra a ciência e contra agendas. Lidar com essas forças políticas é muito difícil."

Historicamente, os Conselhos de Psicologia mantiveram uma relação distante da universidade. "Temos de um lado a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), que representam as/os pesquisadoras/es; de outro lado, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, que representam a classe profissional. São entidades completamente separadas. Isso não é assim em vários países. Acredito que o Conselho deveria se aproximar mais da academia para que as resoluções e as agendas sejam construídas por evidência, e o que se produz na universidade possa informar o Conselho."

Para Ângelo, a desinformação ou informação mal colocada em espaços como as redes sociais simplifica um debate científico que é complexo. "A comunicação científica tem que se dar em um nível mais complexo do que um post na rede social. Existe um problema sério de letramento que dificulta as pessoas a incorporarem a ciência em seu cotidiano. A produção do conhecimento, a divulgação científica, a tradução do conhecimento ainda precisam ser trabalhadas no Brasil. Sabemos que muitas universidades não treinam as pessoas para ciência, para serem pesquisadores do ponto de vista do consumo da informação científica e isso significa que dificilmente as pessoas consumirão material científico depois de formadas."

Pesquisar em tempos de **transformação**

Para as/os entrevistadas/os desta reportagem, o futuro da Psicologia será marcado por transformações profundas, impulsionadas pela tecnologia, pela ampliação do diálogo com outras áreas do conhecimento e pela necessidade de responder a demandas sociais cada vez mais complexas.



A inteligência artificial aparece como uma das mudanças mais significativas desse cenário. Para **Denise Ruschel Bandeira**, a adaptação a essas ferramentas deixou de ser uma opção. "A Psicologia não vai escapar do uso da inteligência artificial, temos que saber lidar com isso", afirma. Segundo ela, recursos de IA já vêm sendo utilizados na academia para análise de dados, traduções e comunicação científica, mas exigem supervisão constante. "Temos que aprender a lidar com a inteligência artificial como uma colega de trabalho, que precisa ser sempre checada."

Na avaliação de **William Barbosa Gomes**, as novas tecnologias já estão redefinindo a produção de conhecimento e a prática profissional. Ferramentas de IA generativa, realidade virtual e neurociências ampliam as possibilidades de pesquisa e intervenção, enquanto psicólogas/os buscam compreender fenômenos emergentes, como os impactos emocionais da interação entre humanos e máquinas. Para ele, a disseminação da desinformação também exigirá que a Psicologia fortaleça sua comunicação com a sociedade, traduzindo evidências científicas para uma linguagem mais acessível.

Essa transformação tecnológica também é destacada por **Tânia Rudnicki**, que projeta uma Psicologia cada vez mais conectada ao monitoramento de dados em ambientes reais e ao uso de métodos avançados de análise. Ao mesmo tempo, ela alerta para a necessidade de investigar os efeitos psicológicos das próprias tecnologias. "É fundamental incrementar estudos sobre os impactos cognitivos e emocionais do isolamento social mediado por IA e da dependência de assistentes virtuais empáticos", ressalta.

Para **Bruno Figueiredo Damásio**, a incorporação da inteligência artificial tende a alterar profundamente o fazer científico, automatizando tarefas que hoje demandam semanas ou meses de trabalho. Nesse contexto, avalia que a principal competência das futuras gerações de pesquisadores será menos operacional e mais analítica. "A capacidade de fazer as perguntas certas, de interpretar resultados com profundidade e de reconhecer onde a IA simplifica demais vai se tornar a habilidade mais valiosa de um cientista", afirma. Segundo ele, a expansão dessas ferramentas torna ainda mais necessária uma formação científica sólida e crítica.

O futuro da área também passa pela ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento. Para **Christian Haag Kristensen**, "pesquisar Psicologia daqui a alguns anos será uma grande aventura", marcada pela crescente interface com áreas como neurociências, saúde pública, ciência de dados, educação e assistência social. Embora destaque os avanços já alcançados na compreensão dos traumas e dos processos de resiliência, ele avalia que ainda há importantes desafios pela frente, especialmente na ampliação do acesso aos tratamentos e no desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas.

No campo dos desastres e das emergências em saúde pública, a tendência é de fortalecimento de pesquisas mais conectadas às realidades locais. **Beatriz Schmidt** prevê o avanço de estudos "mais contextualizados, participativos e sensíveis às especificidades territoriais", desenvolvidos em parceria com comunidades e serviços envolvidos nos processos de cuidado e reconstrução.

Além dos avanços tecnológicos e científicos, as/os entrevistadas/os apontam questões sociais urgentes que deverão mobilizar a pesquisa psicológica nas próximas décadas. Entre elas, as mudanças climáticas ocupam lugar de destaque. **Ângelo Brandelli Costa** considera essa uma das áreas mais promissoras para a Psicologia e defende que a disciplina amplie sua contribuição para compreender os impactos subjetivos, comunitários e sociais da crise climática. O pesquisador também destaca a importância de investigar fenômenos como a desigualdade social e o extremismo político, que ajudam a moldar a realidade contemporânea.

Para **Dorian Monica Arpini**, responder a esses desafios exigirá profissionais cada vez mais qualificadas/os, comprometidas/os com os direitos sociais e preparadas/os para atuar em contextos complexos e em constante transformação. Ela destaca que o avanço da Psicologia dependerá do fortalecimento da pesquisa, da formação profissional e da construção de relações de diálogo e cooperação com diferentes setores da sociedade. "Ainda há muito a ser investigado, compreendido e construído", afirma. Nesse percurso, acrescenta, a Psicologia pode ampliar sua contribuição para a sociedade ao fortalecer a defesa dos direitos, qualificar práticas profissionais e produzir respostas cada vez mais consistentes para os desafios contemporâneos.

Um outro desafio contemporâneo é o acirramento das tensões em torno do respeito às diferenças, evidenciado pelas ameaças às ações afirmativas, por exemplo. "A produção de conhecimento precisa estar implicada com as demandas reais da vida. Há uma luta pela frente, em busca de garantir que os diferentes atores e atrizes possam ocupar a posição de quem produz conhecimento", conclui **Liziane Guedes da Silva**.

Orientação técnica

Cuidados éticos aplicados à pesquisa psicológica



Flávia Cardozo de Mattos | CRP 07/15863
Coordenadora Técnico-Política do CRPRS

Três importantes instituições definem diretrizes éticas que parametrizam a pesquisa psicológica: o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No âmbito da regulamentação da profissão, o CFP estabelece, no art. 16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que a pesquisa psicológica requer a avaliação dos riscos envolvidos (tanto nos procedimentos adotados quanto na divulgação dos resultados), visando à proteção das pessoas e comunidades envolvidas; a garantia do caráter voluntário da participação, mediante consentimento livre e esclarecido; a preservação do anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo manifesto interesse em contrário; e o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados da pesquisa, sempre que desejarem.

O CNS, por sua vez, prevê cuidados na pesquisa envolvendo seres humanos, especialmente nas Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016. Na primeira, ressaltam-se, para proteção do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, visando à garantia de direitos dos participantes. A segunda complementa esse entendimento, destacando que a eticidade da pesquisa implica também o reconhecimento da dinâmica da relação pesquisador-participante, a ponderação entre riscos e benefícios, a garantia da evitação de danos previsíveis e a exigência de relevância social do estudo.

Por fim, o CNPq, na Política de Integridade na Atividade Científica, instituída pela Portaria CNPq nº 2.664/2026, estabelece princípios e boas práticas de integridade, autoria, gestão de dados, uso responsável de inteligência artificial e prevenção de condutas inadequadas, visando à promoção de um ambiente mais plural, inclusivo e respeitoso. Desse documento, destaca-se a postura de transparência necessária ao pesquisador, em todas as etapas de seus estudos, garantindo pleno conhecimento sobre os métodos empregados e evitando-se a opacidade na produção da ciência.

Mais do que meras burocracias normativas, os parâmetros supracitados apontam para a dimensão da ética enquanto cuidado. Não se trata apenas de protocolos a serem cumpridos, mas de uma postura a ser assumida, dotada de autocrítica, assim como de posicionamento crítico social, cultural e histórico, que permita o mais profundo respeito ao outro. Nesse sentido, os cuidados éticos aplicados à pesquisa psicológica constituem instrumentos de garantia dos direitos das pessoas participantes, de delimitação de objetos de pesquisa socialmente relevantes e de reconhecimento da pluralidade de saberes, experiências e modos de existência que atravessam a produção do conhecimento científico.

Observatório de Direitos Humanos

Impressões sobre um trabalho com mulheres presas

Lucas Brasil Cury | CRP 07/37466
Coordenador do Núcleo do Sistema Prisional do CRPRS

Segundo dados do Observatório do Sistema Prisional da Secretaria dos Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), em março de 2025 havia 47.896 pessoas privadas de liberdade no Rio Grande do Sul. Destas, pouco mais de 6% eram mulheres. Como consequência dessa desproporção, prevalece uma estrutura prisional pensada para homens que, frequentemente, desconsidera especificidades femininas relacionadas aos vínculos familiares e às demandas de saúde física e mental.

Grande parte das mulheres presas no Brasil possui trajetórias marcadas por pobreza, baixa escolaridade, violência doméstica e exclusão social, mazelas enfrentadas antes mesmo do encarceramento. O cárcere, portanto, não inaugura o sofrimento, mas frequentemente o aprofunda, produzindo importantes impactos na subjetividade e nos vínculos afetivos.

No cotidiano da Polícia Penal, é comum ouvir que o trabalho com mulheres apresenta desafios distintos dos encontrados nas unidades masculinas. Após atuar em penitenciárias masculinas e, posteriormente, trabalhar com mulheres, tenho me convencido de que o sofrimento feminino tende a ser mais intenso e que isso se relaciona à forma como elas vivenciam a ruptura dos laços familiares. Mesmo com suas possibilidades





de ação radicalmente restringidas, a preocupação com filhos e mães permanece tema central dos atendimentos psicossociais. No cárcere, a saudade é uma das piores punições.

Como muitas mulheres eram as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos antes da prisão, seu afastamento exige uma reorganização familiar abrupta e, por vezes, resulta na perda da guarda. Nesses casos, distância, culpa e impossibilidade de maternar tornam-se importantes fontes de sofrimento.

A privação de liberdade é uma das experiências mais radicais de nossa sociedade e com frequência produz efeitos subjetivos profundos. Soma-se a isso o crescente número de pessoas com graves questões psíquicas levadas ao sistema prisional, muitas vezes necessitando de tratamento. Nesse cenário, a atuação da Psicologia exige compromisso ético com a dignidade humana e os direitos fundamentais. Escuta qualificada, fortalecimento de vínculos e promoção de saúde mental permanecem elementos centrais de uma prática comprometida com os direitos humanos.

Nesse *front*, em seus mais de 20 anos de existência, o Núcleo do Sistema Prisional do CRPRS consolidou-se como importante espaço de referência e apoio para profissionais que atuam no contexto prisional do estado.

Reflexões



Da ciência à literacia em Psicologia

Lisiane Bizarro | CRP 07/05988

PhD em Psicologia pelo Institute of Psychiatry Kings College of London, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Neurociência Social e Afetiva e do CNPq

O quanto a ciência psicológica te ajuda a interpretar criticamente novas informações e a guiar suas escolhas pessoais e profissionais, seus relacionamentos ou como cidadã/o?

A capacidade de utilizar conhecimentos da ciência psicológica para promover desenvolvimento, bem-estar e melhores relações consigo, com os outros e com a sociedade tem sido chamada de literacia psicológica desde Cranney & Dunn (2011). A literacia psicológica reúne justamente o que muitos buscam ao escolher o curso de Psicologia — ajudar os outros, aumentar o autoconhecimento e resolver problemas pessoais — mas que nem sempre é explícito na formação. Compreender esse conceito enriquece tanto a formação e a prática profissional quanto a vida social e pessoal.

A literacia psicológica ultrapassa a ideia de domínio conceitual da Psicologia, pois envolve pensamento crítico, capacidade de avaliar evidências, competência ética e habilidade de comunicar informações psicológicas de maneira contextualizada e socialmente responsável (Bizarro, 2019). Ao proporcionar familiaridade com métodos e conceitos científicos, a literacia psicológica qualifica a atuação profissional e contribui para combater o senso comum, o pensamento anticientífico e visões equivocadas sobre a Psicologia. Isso amplia a capacidade da área de responder a demandas sociais relevantes, promovendo saúde mental, qualidade de vida, resolução de conflitos, respeito aos direitos humanos e ao desenvolvimento humano, reforçando o papel da Psicologia como ciência aplicada ao bem-estar individual e coletivo (Bizarro & Pieta, 2023).

O termo literacia é uma tradução do inglês *literacy*, que tem sido aplicado em várias áreas (saúde, financeira, digital, científica...) refletindo habilidades e competências para lidar com informações. A distinção entre essas diferentes literacias é uma descrição do conteúdo (por exemplo, saúde) ou do contexto (por exemplo, digital) ao qual cada uma se aplica. Porém, todas as literacias envolvem funções psicológicas, como aprendizagem, pensamento crítico, regulação emocional, tomada de decisão (inclusive decisões morais), resolução de problemas e criatividade. Por isso, Bizarro e Oliveira (2023) consideraram que a literacia psicológica é também um instrumento para educação em ciências e sobre o papel da ciência na sociedade, pois a vida em família, os relacionamentos, o desenvolvimento humano, o trabalho, o bem-estar e o comportamento alimentar são alguns dos fenômenos biopsicossociais estudados pela Psicologia, por meio de uma grande variedade de métodos e interfaces com outras ciências.

Isso desloca a Psicologia de um lugar exclusivamente técnico para um campo de atuação comprometido com a circulação crítica do conhecimento científico. Afinal, produzir ciência não garante, por si só, transformação social. O conhecimento precisa ser traduzido, debatido, apropriado e incorporado às práticas profissionais e às experiências cotidianas. Nesse ponto, a literacia psicológica se aproxima diretamente da divulgação científica (Bizarro, Vasconcelos & Pieta, 2023). Entretanto, na Psicologia, a divulgação científica não ocupava um espaço central na formação profissional, nem mesmo entre cientistas. Em muitos casos, comunicar ciência foi visto com desconfiança, seja pelo receio da simplificação excessiva, seja pelo risco de transformar conhecimento científico em prescrição moral ou autoajuda. Falar sobre ciência na Psicologia não deveria ser um tabu ou fonte de controvérsia.

> “Discutir literacia psicológica deixou de ser um tema restrito à formação universitária e passou a ser uma questão **ética e política** da profissão.”

A importância da vinculação da profissão com o conhecimento produzido pela ciência foi destacada desde o contexto da consolidação da profissão de psicóloga/o no Brasil. A ciência Psicologia consolidou-se no Brasil, tornando-se uma das áreas líderes na produção científica internacional. Ainda assim, persiste uma distância significativa entre a produção acadêmica, a prática profissional e a circulação social desse conhecimento. Conforme apresentado por Bizarro, Vasconcelos e Pieta (2023), a literacia psicológica retoma a vinculação da ciência com a profissão, no qual a/o cidadã/o psicologicamente letrada/o é também uma/um divulgadora/or da ciência e uma/um profissional preocupada/o com evidências e formação continuada. Discutir literacia psicológica deixou de ser um tema restrito à formação universitária e passou a ser uma questão ética e política da profissão.

Referências

Bizarro, L., Vasconcelos, M. & Pieta, M. A. M. (2023). Divulgação da Ciência e Literacia Psicológica. Hogrefe.

Bizarro, L. & Pieta, M. A. M. Literacia psicológica e o ensino de psicologia. Em L. Bizarro, M. Vasconcelos & M. A. M. Pieta (Eds.). Divulgação da Ciência e Literacia Psicológica (pp. 103-113). Hogrefe.

Bizarro, L. & Oliveira, A. A. (2023). Divulgação científica da psicologia: literacia científica, inovação e sustentabilidade. Em L. Bizarro, M. Vasconcelos & M. A. M. Pieta (Eds.). Divulgação da Ciência e Literacia Psicológica (pp. 329-338). Hogrefe.

Bizarro, L. (2019). Literacia psicológica e o papel da pesquisa no desenvolvimento de habilidades e competências requeridas na formação do psicólogo. In J. C. Luzia, J. Gamba, N. Kienen, & S. R. S. A. Gil (Eds.), Psicologia e análise do comportamento: Pesquisa e intervenção (pp.158-164). UEL.

Cranney, J., & Dunn, D. S. (Eds.) (2011). The psychologically literate citizen: Foundations and global perspectives. Oxford University Press.

Psicologia e pesquisa

Integridade da Pesquisa Científica e o Uso de Inteligência Artificial Generativa: Diretrizes e Responsabilidade

Caroline Tozzi Reppold | CRP 07/10026

Possui graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Psicologia pela UFRGS, pós-doutorado em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco e pós-doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho/Portugal. É professora titular da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Menção honrosa no Prêmio Tese CAPES/2006.

Consultora ad hoc da CAPES, do CNPq, do Scielo e de fundações estaduais de amparo à pesquisa

Pamela Carvalho da Silva | CRP 07/39179

Doutoranda em Ciências da Saúde, Mestre em Ciências da Saúde e Psicóloga pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Em março de 2026, por meio da Portaria nº 2.664, o CNPq instituiu a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq (CNPQ, 2026a, 2026b). Entre outras diretrizes, o documento orienta acerca do uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG ou GenAI) na pesquisa científica. A iniciativa ilustra a preocupação crescente no campo científico (Schmidt, 2024) e acompanha o movimento realizado por editoras e editores, periódicos, comitês científicos e instituições, desde a abertura ao público geral dos primeiros modelos de IAG em 2022, para garantir a integridade e transparência no desenvolvimento das pesquisas (Flanagin et al., 2023; SciELO, 2023; Zielinski et al.,2023; COPE, 2023).

Diferentemente de outras tecnologias de inteligência artificial (IA), a IAG caracteriza-se pela capacidade de derivar ou gerar novos conteúdos e informações em diferentes formatos: texto, vídeo, imagem, etc. (Souppaya et al., 2024; He et al., 2025). São exemplos de IAG os modelos comerciais disponíveis ao público, como Claude, GPT e Gemini. Uma IAG depende de treinamento prévio, a partir de outros dados, para que possa "aprender" e então ser capaz de gerar os conteúdos.

Nas pesquisas acadêmicas, as aplicações gerais mais comuns incluem busca de literatura e de referências, seleção e triagem de artigos, leitura e sintetização de literatura, revisão e edição de texto, tradução, criação e formatação de imagens e tabelas, formatação de referências e discussão de ideias (McAdoo, 2025; SciELO, 2023). Além das aplicações mais usuais, há aplicações mais específicas, como a utilização de IAG em análises de dados complexas, em pesquisas que buscam desenvolver e validar metodologias apoiadas pelo uso de IA, entre outras possibilidades.

Diante das diversas possibilidades de aplicação na prática científica, conhecer e orientar-se pelas diretrizes e recomendações é uma forma de evitar má conduta científica. Desse modo, a portaria CNPq delimita as exigências fundamentais que o pesquisador deve observar, mas há outras implicações éticas e sociais mais amplas, que também dizem respeito aos pesquisadores, como veremos.

A submissão de projetos gerados por IAG como se fossem de autoria humana é vedada pelo CNPq (CNPq, 2026a), assim como pela maioria dos periódicos científicos, já que uma tecnologia não pode ser responsabilizada por erros e condutas antiéticas, como plágio. Assim, os autores são responsáveis integralmente "pelo conteúdo final, inclusive por eventuais plágios ou imprecisões geradas pela IAG" (CNPq, 2026).

Os autores, devem explicitamente declarar o uso, descrevendo qual IAG e versão utilizada, em qual etapa da pesquisa e com qual finalidade foi empregada (CNPq, 2026a; McAdoo, 2025; SciELO, 2023; Schmidt, 2024; Zielinski, 2023). As informações devem estar preferencialmente na seção de metodologia, ou conforme orientação do periódico escolhido para submissão. Além disso, sugere-se que os autores incluam como material suplementar, os *prompts* utilizados (instruções fornecidos à IAG durante as interações) e as respostas originais geradas pela IAG (Schmidt, 2024). Tal conduta faz parte das políticas de submissão de muitos periódicos.



Nesse contexto, a incorporação de recursos de IAG de maneira direta em *softwares*, como processadores de texto utilizados para redação dos artigos, apresenta um ponto de atenção aos pesquisadores. Algumas vezes os sistemas não permitem ao usuário decidir se deseja ou não usar os recursos. Dessa forma, os autores devem ficar atentos quanto às ferramentas que utilizam e à forma como os dados podem ser tratados.

As preocupações relacionadas com o uso de IAG na ciência não se restringem aos aspectos de integridade e transparência nas pesquisas e às delimitações da Portaria. Incluem também fatores do âmbito da ética e da responsabilidade social e ambiental.

Acerca da responsabilidade social, destacam-se os cuidados com a segurança e a proteção dos dados, uma exigência justificada pelo aumento de incidentes reportados de segurança da informação envolvendo IAG (Stanford HAI, 2026). Além disso, as tentativas de melhorar a segurança das ferramentas apresentaram resultados que indicaram a redução da capacidade de precisão delas, o que torna a solução desses problemas um desafio técnico para os responsáveis pelas tecnologias (Stanford HAI, 2026), dificultando essas garantias.

Dentre as orientações que ilustram essa preocupação, tanto de periódicos como da portaria do CNPq, está a proibição da análise automatizada de projetos e artigos, assim como a elaboração de pareceres por ferramentas de IAG. Tal prática exigiria que os projetos ou artigos fossem inseridos nas plataformas, de maneira integral ou parcial. Restrições como essa são uma tentativa de reduzir o risco de vazamento de dados, devido à falta de transparência de muitas das plataformas quanto ao destino e à forma de utilização dos dados inseridos pelos usuários (Stanford HAI, 2026).

Como a melhoria das tecnologias de IAG depende de novos dados para o seu treinamento, essas tecnologias comumente tendem a reter e usar os dados inseridos pelos usuários nesse processo de treino. Com isso, existe o risco de vazamento de dados de pesquisa inéditos para outros usuários em interações futuras. Por exemplo, se um parecerista ou relator aplicar IAG na apreciação de um projeto ou artigo, a ideia desse manuscrito pode ser entregue como sugestão de pesquisa a outro usuário que esteja na fase de concepção de sua pesquisa e interagindo com a IAG na busca de ideias para seu projeto. Para evitar o risco, seria preciso adotar tecnologias que garantam a não utilização dos dados inseridos para treino e aprimoramento.

Além do risco descrito, no Brasil os projetos de pesquisa científica também devem cumprir o que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Cabe aos pesquisadores envolvidos a responsabilidade pela proteção, sigilo e manipulação adequada dos dados, para evitar vazamentos de dados sensíveis e prejuízos aos participantes.

A possibilidade de modelos de IAG reproduzirem desinformação e vieses discriminatórios (Schmidt, 2024) é outro fator importante em relação à responsabilidade social. Se pesquisadores utilizam de forma acrítica as informações geradas pelo modelo ou aplicarem IAG na interpretação de resultados, correm o risco de reproduzir preconceitos e ampliar o alcance de informações falsas ou imprecisas. Portanto, a interpretação dos dados e resultados requer rigor e análise crítica humana, fundamental para identificar vieses e limitações. O processo não pode ser automatizado, pois exige conhecimento de teorias ou discussões que, por restrições já impostas a essas ferramentas, baseadas em estatística e probabilidade, podem não estar sendo consideradas por elas.

Do ponto de vista da responsabilidade social e ambiental, há necessidade de que os impactos ambientais gerados pelas tecnologias de IA sejam ponderados pelos pesquisadores. À medida que aumentam a adoção das ferramentas e os avanços das suas capacidades tecnológicas, igualmente relata-se o aumento do seu impacto ambiental. O consumo de energia elétrica, de recursos hídricos e a emissão de CO2 gerados pela IA têm se elevado (Stanford HAI, 2026). Um exemplo desse cenário é a estimativa de que, anualmente, o funcionamento de um modelo de IAG pode superar o consumo de água potável de 1,2 milhão de pessoas (Stanford HAI, 2026), o equivalente à população do município de Campinas, no estado de São Paulo. Dessa forma, pesquisadores devem avaliar de forma responsável os custos e benefícios ambientais, analisando se a complexidade da tarefa justifica o impacto ambiental produzido pela aplicação da tecnologia.

Como exposto, embora o uso de IAG ofereça benefícios, especialmente em relação à redução do tempo para execução de etapas das pesquisas e à precisão na execução de tarefas complexas, a adoção e aplicação exigem cautela para não comprometer a integridade científica. Assim, para além das diretrizes do CNPq, pesquisadores devem conhecer e cumprir as políticas e orientações para o uso de IA das suas instituições, bem como dos periódicos e dos eventos científicos para os quais submetem seus trabalhos.

Referências

CNPq. (2026a). Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026: Institui a Política de Integridade na Atividade Científica. http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_00ED/10157/23142775

CNPq. (2026b). CNPq institui Política de Integridade na Atividade Científica, que estabelece normas e boas práticas de atuação. https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-publica-portaria-que-institui-politica-de-integridade-na-atividade-cientifica

COPE Council. (2023). COPE position - Authorship and AI - English. https://doi.org/10.24318/cCVRZBms

Flanagin, A., Bibbins-Domingo, K., Berkwits, M., & Christiansen S.L. (2023) Nonhuman "Authors" and Implications for the Integrity of Scientific Publication and Medical Knowledge. JAMA.329(8):637–639. doi:10.1001/jama.2023.1344

He, R., Cao, J., & Tan, T. (2025). Generative artificial intelligence: A historical perspective. National Science Review, 12(5), nwaf050. https://doi.org/10.1093/nsr/nwaf050

McAdoo, T., Denneny, S., & Lee, C. (2025). Citing generative AI in APA Style: Part 3 - Is AI "allowed" in APA Style? APA Style Blog - American Psychological Association. https://apastyle.apa.org/blog/cite-generative-ai-allowed

SciELO. (2023). Guia de uso de ferramentas e recursos de inteligência artificial na comunicação de pesquisas na Rede SciELO (Versão preliminar). https://www.scielo.org/documents/30/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf

Schmidt, S. (2024). Universidades brasileiras discutem regras de uso de inteligência artificial. Revista Pesquisa FAPESP. https://revistapesquisa.fapesp.br/universidades-brasileiras-discutem-regras-de-uso-de-inteligencia-artificial/

Souppaya, M., Vassilev, A., Ogata, M., Stanley, M., & Scarfone, K. (2024). Secure software development practices for generative AI and dual-use foundation models: An SSDF community profile (NIST SP 800-218A; p. NIST SP 800-218A). National Institute of Standards and Technology (U.S.). https://doi.org/10.6028/NIST.SP.800-218A

Stanford Institute for Human-Centered Artificial Intelligence (HAI). (2026). The 2026 AI Index Report. https://hai.stanford.edu/ai-index/2026-ai-index-report

Zielinski, C., Winker, M.A., Aggarwal, R., Ferris, L.E., Heinemann, M., Lapeña, J.F., Pai, S.A., Ing Edsel, Citrome, L., Alam, M., Voight, M., & Habibzadeh F. (2023). Recomendaciones de WAME sobre "chatbots" e inteligencia artificial generativa en relación con las publicaciones académicas. ColombMéd (Cali); 54(3):e1015868. http://doi.org/10.25100/cm.v54i3.5868

Dicas culturais

As abandonadoras:

histórias sobre maternidade, criação e culpa



Sophia Souza | CRP 07/37242

Psicóloga e mestranda em Psicologia

Que tipo de mãe abandona um filho? É a partir dessa pergunta incômoda que Begoña Gómez Urzaiz constrói o livro "As abandonadoras: histórias sobre maternidade, criação e culpa", lançado pela Editora Zahar (2024). Mas não se trata de um julgamento, tampouco uma absolvição. Seu gesto é outro: permanecer diante daquilo que a cultura costuma recusar e observar as contradições da(s) maternidade(s).

O livro conta histórias de mulheres reais e fictícias, entre artistas, escritoras e mulheres comuns, que, por algum motivo, se afastaram de seus filhos. Nesse trajeto, a autora nos conduz por territórios pouco autorizados da experiência materna: o arrependimento, a ambivalência, a ausência de prazer no cuidado, a falta de recursos, a solidão, a desigualdade e a culpa. Begoña escreve a partir de suas próprias inquietações, reconhecendo o desconforto que essas mulheres provocam e, ao mesmo tempo, recusando respostas fáceis. A maternidade aparece não como destino natural, mas como construção psíquica, social e histórica, atravessada por condições concretas de vida.

Ainda assim, com a delicadeza de quem compreende que há um mundo inteiro entre o 'sagrado' e o 'profano', Begoña não propõe romantizar o abandono, nem apagar as marcas que ele pode produzir nos filhos. O que a autora nos convida a fazer é sustentar a questão: por que o abandono materno é recebido como escândalo moral, enquanto o abandono paterno tantas vezes se dissolve na paisagem do cotidiano? Em um país como o Brasil, onde mais de 1,7 milhão de crianças já nasceram sem o nome do pai na certidão na última década, essa pergunta não é apenas literária nem íntima; é também social e política.

Para a Psicologia, o livro oferece uma provocação importante. Falar de saúde mental materna exige abrir espaço para aquilo que muitas vezes permanece silenciado: a ambivalência, a exaustão, a agressividade, o conflito entre cuidar e existir como sujeito desejante. Em tempos de maternidades expostas e comparadas nas redes sociais, "As abandonadoras" nos lembra aquilo que escapa à imagem e permanece escondido.

A leitura não é confortável, e talvez por isso seja necessária. Begoña nos convida a olhar para as mães fora do ideal: mulheres falhas, criativas e contraditórias, marcadas por escolhas, desejos, faltas e circunstâncias. Ao final, a pergunta inicial se transforma. Talvez não se trate apenas de perguntar que mãe abandona um filho, mas que sociedade segue abandonando as mães.

Congonhas: Tragédia Anunciada

A série documental "Congonhas: Tragédia Anunciada", lançada em 2025 em uma plataforma de streaming, revisita o desastre do voo TAM 3054, ocorrido em 17 de julho de 2007, em São Paulo. Desastres aéreos dessa magnitude podem ser definidos como incidentes com múltiplas vítimas (IMV), termo utilizado pela Organização Mundial da Saúde para caracterizar eventos que geram um número elevado de perdas de vidas humanas e comprometem a capacidade de resposta local.

Ao longo dos episódios, é possível observar não apenas os acontecimentos que antecederam o acidente, mas também as repercussões emocionais e sociais vivenciadas por familiares e profissionais envolvidos. Em situações de perdas abruptas, familiares e comunidades frequentemente vivenciam reações físicas e emocionais, como entorpecimento, desorientação, desamparo, raiva e choque. Embora essas reações sejam esperadas frente a esses contextos, particularidades do desastre, como as dificuldades na identificação dos corpos, a grande exposição midiática e as modificações nos rituais de despedida, podem tornar o processo de luto ainda mais complexo. Isso ocorre porque tais características rompem com o mundo presumido dos enlutados, fragilizando os recursos psíquicos disponíveis para lidar com a perda.



Nesses contextos, o luto é também um fenômeno coletivo, frequentemente atravessado por sentimentos de indignação e pela busca por justiça. A série demonstra ações coletivas dos familiares após o acidente, que deram origem à Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAM JJ3054 (AFAVITAM). A construção de um memorial no local do acidente foi resultado direto dessa mobilização, funcionando como espaço simbólico de luto coletivo. Esses espaços permitem a elaboração psíquica e social da perda, pois transformam a ausência em presença simbólica.

Assim, do ponto de vista da Psicologia, a série oferece uma oportunidade para refletir sobre os processos de luto e os rituais de despedida. Também evidencia a importância do acolhimento psicossocial em contextos de emergências e desastres, especialmente em situações nas quais o sofrimento ultrapassa o âmbito individual e atinge famílias, profissionais e comunidades inteiras.

Tyele Goulart Peres Dos Santos | CRP 07/29258
Psicóloga e doutora em Ciências da Saúde



SEU TERAPEUTA É PSICÓLOGO?

SAÚDE MENTAL NÃO É BRINCADEIRA!

Fique atento em quem está cuidando de você. Busque por profissionais capacitados e devidamente registrados pelo CRP.

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ FALECIDO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ CEP
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

____/____/____ _____
RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970